

Olhar Político

Perspectivas do ano legislativo de 2022

18/02/2022



QUEIROZ
Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais

ÍNDICE

03

PERSPECTIVAS PARA 2022

Prioridades do Congresso Nacional, do Poder Executivo e calendário de datas relevantes em ano eleitoral

18

INDICAÇÕES DE AUTORIDADES

Senado Federal tem pelo menos doze nomes aguardando deliberação para cargos em agências reguladoras ou autarquias federais

14


COMISSÕES E LIDERANÇAS

Panorama das comissões e renovação das lideranças na Câmara dos Deputados

20

REFORMA MINISTERIAL

Possíveis mudanças que ocorrerão na Esplanada dos Ministérios em razão da desincompatibilização para disputa das eleições



PERSPECTIVAS PARA 2022 NO CONGRESSO NACIONAL E O CALENDÁRIO ELEITORAL

Prioridades do Congresso
Nacional, do Poder Executivo e
calendário de datas relevantes
em ano eleitoral

PERSPECTIVAS DE 2022 NO CONGRESSO NACIONAL

O último ano da 56ª Legislatura do Congresso Nacional será marcado pelas eleições gerais de 2022. A partir disso a perspectiva é que os trabalhos do Poder Legislativo sejam dinâmicos no primeiro semestre, com enfoque sobretudo em pautas que visem a retomada econômica e na solução para a crise do preço dos combustíveis, que deverá ser endereçado por meio de legislação infraconstitucional, provavelmente através dos projetos que tramitam no Senado Federal – PLP 11/2020 e PL 1472/2021. O projeto (PL 4728/2020) que trata do novo Refis também poderá ser priorizada pelo Parlamento, mesmo sem anuência do Executivo.

A partir do segundo semestre, todavia, o Congresso Nacional deverá funcionar por meio do chamado “esforço concentrado” enquanto os parlamentares se dedicarão às suas bases eleitorais durante a campanha eleitoral.

Cabe mencionar, ainda, que em função do avanço de casos de Covid-19, a Câmara dos Deputados retornou ao sistema remoto de deliberações até o fim de fevereiro, enquanto o Senado Federal segue adotando o sistema semipresencial nas votações das comissões e em Plenário.

A Reforma Tributária, atualmente em tramitação no Senado Federal, deverá disputar a atenção ladeada por outras matérias de caráter mais populista, como as que versam sobre recrudescimento penal, todavia, dada a proximidade com o pleito, é pouco provável que um tema complexo como este seja deliberado conclusivamente pelo Congresso ainda em 2022. Contudo, é provável que a PEC 110/2019 avance pontualmente no Senado Federal.

Ainda na esteira da Reforma Tributária, a atualização da tabela do Imposto de Renda – fruto do desmembramento do PL 2337/2021, que reestrutura o Imposto de Renda – possui chances de avançar no Senado Federal. Ademais, temas de menor complexidade e maior consenso poderão ser aprovados, como a Identificação Civil Nacional e algumas Medidas Provisórias, como a nova MP da venda direta do etanol, o chamado voo simples, e outras de caráter social, como a que institui o Programa Internet Brasil e a que versa sobre perdão de dívidas do FIES.



AGENDA PRIORITÁRIA DO PODER EXECUTIVO

No dia 9 de fevereiro foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 667, assinada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, com um quadro-resumo das proposições que são consideradas prioridade pelo Poder Executivo para o ano de 2022.

Essa foi a primeira vez que o governo tornou pública, e de forma oficial, as prioridades do ponto de vista legislativo. Ao todo, foram elencadas 39 proposições em andamento nas duas casas do Congresso Nacional, e outras 4 que ainda estão em fase de elaboração pelo Executivo.

Embora o governo tenha indicado matérias econômicas, chamou a atenção que a maior parte dos projetos pertencem à chamada “pauta de costumes” e da segurança pública, como a redução da maioria penal, a extinção do auxílio reclusão e o *homescholling*.

Para a categoria dos policiais, além do aceno ao reajuste salarial em 2022 para as polícias federais, o Executivo elabora um projeto que versa sobre “retaguarda jurídica”, que visa conferir maior amparo jurídico aos integrantes dessas categorias.

No âmbito dos marcos regulatórios, a autorização de exploração de minério em terras indígenas e faixas de fronteira também são priorizadas pelo Executivo. Esses projetos polêmicos têm em comum uma expressa resistência de determinados setores da sociedade, com baixas chances de avanço, sobretudo em ano eleitoral.

O que se percebe da lista de prioridade do governo é que foi uma ação política do Planalto, ao jogar para o Congresso Nacional a responsabilidade sobre a votação das pautas, e tentar se aproximar da base eleitoral conservadora do Presidente.

Ao elencar uma grande quantidade de projetos, sem hierarquizar suas prioridades, bem como misturando agenda econômica com temas de costumes, o governo poderá encontrar dificuldades adicionais para aprovar sua agenda regulatória.



STATUS DA AGENDA PRIORITÁRIA DO PODER EXECUTIVO



Proposição	Tema	Status	Chance de deliberação
PL4188/21	Marco Legal de Garantias	Tramita em urgência Constitucional e deve ter o parecer das comissões emitidos diretamente em plenário, visto que passa a trancar a pauta a partir de 24/02.	Alta
PL 528/21	Mercado de Carbono	Tramita em regime de urgência e aguarda deliberação no Plenário Rel. Carla Zambelli (PSL/SP)	Alta
MP1077/21	Programa Internet Brasil	Aguarda a designação de relator.	Alta
MP1089/21	Voo Simples	Aguarda inclusão em pauta no Plenário Rel. General Peternelli (PSL/SP)	Alta
PL1776/15	Considera Pedofilia como crime hediondo	Aguarda apreciação do Plenário.	Média
PL3780/20	Abuso sexual/ Confiança	Aguarda apreciação do Plenário.	Média
PL3179/12	Homeschooling	Aguarda apreciação do Plenário.	Média

Proposição	Tema	Status	Chance de deliberação
PL 414/21	Modernização do Setor Elétrico	Aguardando parecer do relator em Plenário Rel. Fernando Filho (DEM/PE).	Média
PL6539/19	Política Nacional sobre a Mudança do Clima	Aguardando designação de relator na Comissão de Minas e Energia (CME).	Média
PL1202/07 (PL4391/21)	Representação privada de interesses	Aguarda designação de relator no Plenário.	Média

Das propostas com maior chance de serem apreciadas já neste primeiro semestre, ressaltamos, além das Medidas Provisórias que tem prazo constitucional para deliberação, o Marco Legal de Garantias, que tramita em urgência constitucional e que deverá trancar a pauta de votações da Câmara dos Deputados já no mês de fevereiro.



STATUS DA AGENDA PRIORITÁRIA DO PODER EXECUTIVO



Proposição	Tema	Status	Chance de deliberação
PL6160/19	Contrato Verde e Amarelo	Aguarda a constituição de Comissão Temporária.	Baixa
PL490/07	Marco Temporal terras Indígenas	Aguarda apreciação do Plenário.	Baixa
PL3887/20	Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços	Aguarda parecer do relator, deputado Luiz Carlos Motta (PL/SP), no Plenário.	Baixa
PL589/21	Controle de qualidade de Medicamentos	Aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).	Baixa
PL2552/21	Rastreamento de Medicamentos	Aguarda designação de relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).	Baixa
PL360/21	Veda a saída Temporária	Aguarda parecer do relator, deputado Delegado Pablo (PSL/AM), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).	Baixa
PL6438/19	Porte de armas para diversas carreiras do serviço	Aguarda apreciação na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).	Baixa







Proposição	Tema	Status	Chance de deliberação
PL1293/21	Autocontrole na Produção de Alimentos	Aguarda envio da matéria ao Senado Federal.	Baixa
PL6/20	Progressão Continuada	Aguarda parecer do relator, deputado Waldenor Pereira (PT/BA), na Comissão de Educação (CE).	Baixa
PL1613/21	Incorporação de tecnologias ao SUS.	Tramita em regime de urgência, aguarda apreciação do Plenário	Média




Já as matérias sociais e conservadoras possuem menor probabilidade de aprovação, em razão de serem controversas e, portanto, com menor poder de aglutinação e com maior nível de divergência inclusive entre os partidos mais alinhados ao governo.



STATUS DA AGENDA PRIORITÁRIA DO PODER EXECUTIVO



Proposição	Tema	Status	Chance de deliberação
PLP11/20	ICMS dos combustíveis	Aguarda deliberação do substitutivo do relator, senador Jean Paul Prates (PT/RN), no plenário.	 Alta
PL2646/20	Debêntures de Infraestrutura	Aguarda parecer do relator, senador Wellington Fagundes (PL/MT), no plenário.	 Alta
PEC110/19	Reforma Tributária	Aguarda parecer do relator, senador Roberto Rocha (PSDB/MA) na CCJ. A proposta dificilmente será analisada pela Câmara.	 Baixa
PL6299/02	Defensivos Agrícolas	Aguardando leitura pela Mesa Diretora do Substitutivo oriundo da Câmara.	 Média
PL3729/04	Licenciamento ambiental	Aguarda parecer da relatora, senadora Kátia Abreu (PP/TO) nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e Reforma Agrária (CRA).	 Alta
PL2337/21	Reforma do Imposto de Renda	Aguarda parecer do relator, senador Ângelo Coronel (PSD/BA) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).	 Baixa

Proposição	Tema	Status	Chance de deliberação
PEC3/19	Auxílio-reclusão	Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).	 Baixa
PEC115/15	Maioridade Penal	Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).	 Baixa
PL591/21	Privatização dos Correios	Aguarda deliberação do parecer favorável do senador Márcio Bittar (MDB/AC) na CAE.	 Média

No Senado Federal, a prioridade é solucionar a crise do preço dos combustíveis. Além disso, está no radar a chamada PEC da “Reforma Tributária Ampla”, que deverá ter um avanço pontual ao longo de 2022. Na mesma seara das propostas anteriores, também pode ocorrer a deliberação da atualização da tabela do Imposto de Renda.

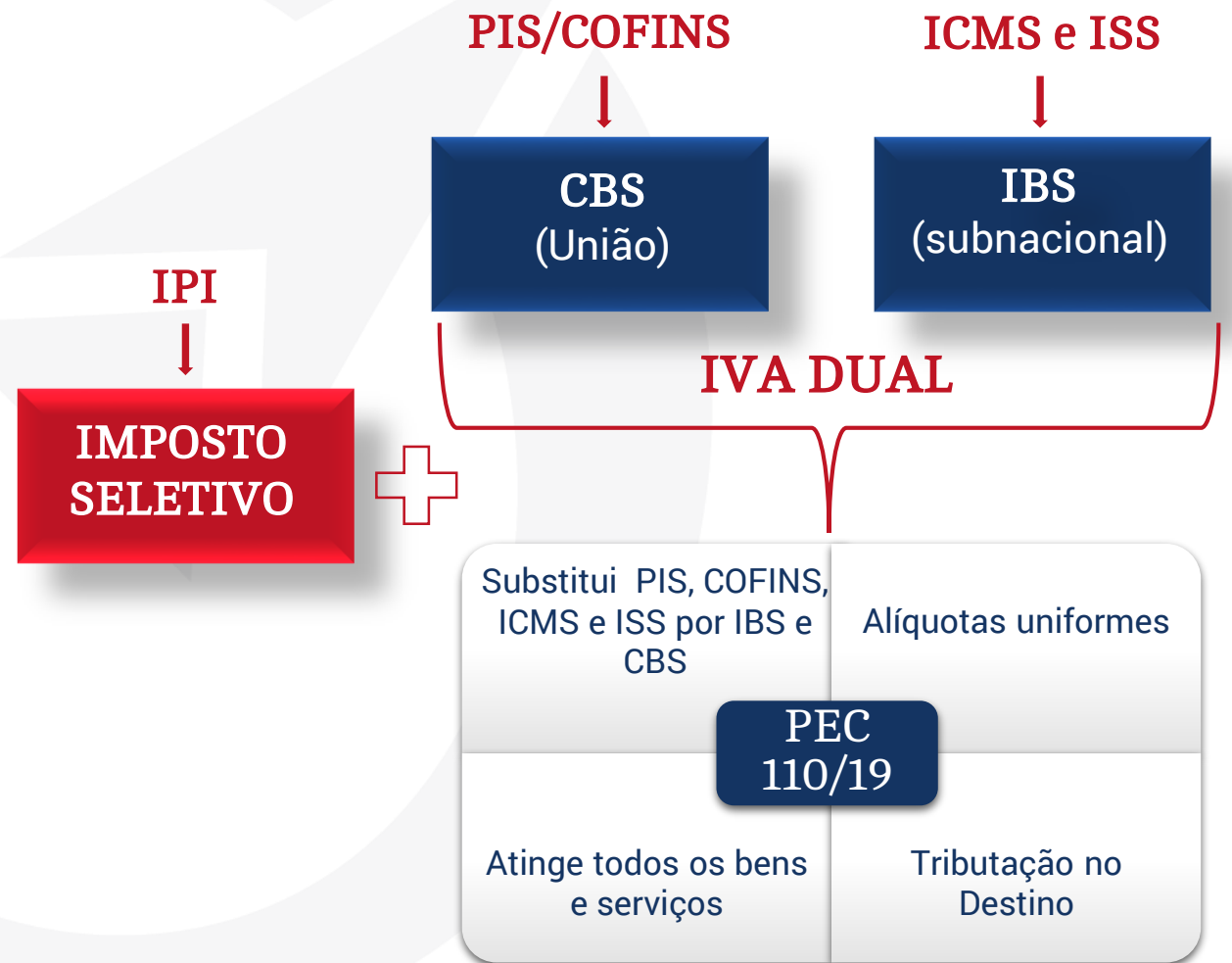


PEC 110/2019 | REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA

Considerada uma das principais matérias legislativas, a Reforma Tributária, que tramita no Senado desde 2019, tem como pontos principais, na forma do substitutivo do senador Roberto Rocha (PSDB/MA), a unificação da tributação do consumo, a partir da harmonização da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unifica as alíquotas de PIS/COFINS na esfera federal, e do Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS) na esfera estadual, distrital e municipal, que por sua vez unifica os atuais ICMS e ISS. Além disso, existiria a substituição do IPI, por um Imposto Seletivo, que incidiria sobre produtos prejudiciais à saúde e/ou ao meio ambiente

Do ponto de vista subnacional, a administração do IBS será feita de forma compartilhada entre Estados e Municípios, por meio do Conselho Federativo do IBS.

A instância máxima de deliberação do Conselho Federativo do IBS será a Assembleia Geral, na qual todos os Estados e Municípios terão participação paritária.



PEC 110/2019 | REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA

Do ponto de vista legislativo, o primeiro passo da reforma será constitucionalizar a possibilidade de a União instituir contribuições sobre bens e serviços a partir da aprovação do PL 3887/2020, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

No caso do IBS, uma vez aprovado, serão definidas em legislação complementar os regimes favorecidos (cesta básica de alimentos, atividades agropecuárias, educação, saúde etc), diferenciados (combustíveis e fumo – monofásico –; serviços financeiros etc), além de outras formas especiais de tributação e o Simples Nacional. No caso do IBS, beneficiários do Simples terão a opção de aderir ao regime normal de tributação para poder se beneficiar integralmente da não cumulatividade.

A transição para os contribuintes, no caso da CBS, se dará de maneira imediata pelo prazo definido na lei que o instituir; enquanto a instituição do IBS levará 7 anos, com alíquota de 1% nos 2 primeiros anos. No caso dos entes federativos, a transição levará 20 anos para garantir um ajuste suave na distribuição de receitas entre Estados e Municípios.

TRANSIÇÃO PARA OS CONTRIBUINTES

CBS: Imediata
IBS: 7 anos
IPI: Gradual

Sem aumento de carga tributária por 2 anos

TRANSIÇÃO PARA OS ENTES DA FEDERAÇÃO

20 anos

Manutenção das regras para FPE, FPM, Saúde e Educação

Criação do Fundo de Desenvolvimento Regional



MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL EM 2022

Até a realização das eleições propriamente ditas, o calendário elaborado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) prevê a abertura de um período de migração partidária entre os atuais deputados sem prejuízo para o exercício do mandato.

Ademais, a fusão do Democratas com o PSL (União Brasil) já autorizada pela justiça eleitoral deve alterar o equilíbrio de forças partidárias dentro do Congresso Nacional com impactos, inclusive, na distribuição das comissões permanentes na Câmara baixa, que deverá ocorrer a partir do mês de março.

Até o dia 2 de abril deverá decorrer o prazo para a desincompatibilização de cargo ou função pública do Poder Executivo para aqueles que pretendem se candidatar nas eleições deste ano. Desta forma, uma minirreforma ministerial está em andamento no Poder Executivo, inclusive voltada a robustecer a candidatura à reeleição do Presidente Jair Bolsonaro.

Novidade nas eleições deste ano, os partidos políticos terão até o dia 31 de maio anunciarem as chamadas “federações partidárias” que consistem na união de duas ou mais legendas com duração de quatro anos – incluindo o período das eleições municipais.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF) legalizou a constituição das federações partidárias no Brasil. Com a criação das federações, os partidos poderão se unir para apoiar qualquer cargo, desde que assim permaneçam durante todo o mandato a ser conquistado.

A federação de partidos vale para eleições majoritárias, bem como para as proporcionais. Além disso, as federações auxiliam as siglas no cumprimento da chamada “cláusula de desempenho” que permite o acesso a recursos e ao tempo de televisão e rádio durante as campanhas.



CALENDÁRIO DE EVENTOS IMPORTANTES EM 2022

Fevereiro

- 02/02: Abertura do ano Legislativo.
- 25/02: Prazo de encerramento das deliberações remotas na Câmara dos Deputados.

Março

- 03/02 até 1º/04: Prazo da janela de migração partidária.
- Sem data definida: Instalação das Comissões na Câmara dos Deputados.

Abril

- 02/04: Registro de partido, renúncia e desincompatibilização.
- 05/04: Data a partir da qual ficará proibida a concessão de revisão geral de remuneração para servidores.

Maio

- 04/05: Último dia para requerer inscrição eleitoral ou mudança de domicílio.
- 11/05 até 13/05: Teste Público de Segurança do Sistema Eleitoral.
- 15/05: Início do financiamento coletivo (*crowdfunding*).
- 31/05: Último dia para o anúncio da formação de federação partidária pelos partidos políticos.

Junho

- 11º/06: prazo para desincompatibilização de representantes de entidades de classe.



CALENDÁRIO DE EVENTOS IMPORTANTES EM 2022

Julho

- 18/07: Início do recesso legislativo.
- 20/07: Início das convenções partidárias.

Agosto

- 1º/08: Reinício dos trabalhos legislativos
- 15/08: Último dia para registro das candidaturas.
- 16/08: Início da propaganda eleitoral.
- 31/08: Data limite para envio do PLOA 2023 ao Congresso Nacional.

Outubro

- 02/10: 1º Turno das Eleições.
- 30/10: 2º Turno das Eleições.

Dezembro

- 19/12: Diplomação dos eleitos.
- 22/12: Data limite para deliberação do PLOA 2023.
- 23/12: Início do recesso legislativo.



COMISSÕES E LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS

Mudanças no comando das
comissões permanentes e nas
lideranças partidárias da
Câmara dos Deputados
marcam o início dos trabalhos
legislativos

14

COMISSÕES E LIDERANÇAS NA CÂMARA

Embora esteja em funcionamento remoto até o final do mês de fevereiro por ato do Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP/AL), em função do aumento de casos da Covid-19, as articulações em torno da distribuição dos parlamentares nas comissões e suas respectivas presidências encontram-se em andamento.

Em recente entrevista a veículos de imprensa, o líder do Governo na Câmara, Deputado Ricardo Barros (PP/PR), antecipou que a perspectiva para o ano legislativo é de que cada partido mantenha a presidência das comissões que anteriormente detinham, a partir de acordo, cabendo aos partidos indicarem os nomes para as cadeiras correspondentes.

Apesar da afirmação do parlamentar, a criação do partido “União Brasil” deve impactar na distribuição de cadeiras dos colegiados da casa.

A principal comissão da casa, de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), que até o ano passado esteve sob a batuta do PSL, na pessoa da deputada Bia Kicis (DF), permanece com destino incerto, tendo em vista a transferência do deputado Major Vitor Hugo (GO) do novo União Brasil para o Partido Liberal (PL), que atualmente abriga o Presidente Jair Bolsonaro.

Já em relação às lideranças partidárias, notou-se uma manutenção de cerca de 70% das lideranças do ano anterior, havendo uma alteração apenas nos seguintes partidos: PT; PSDB; REPUBLICANOS; PSB; Bloco PSC, PTB; PROS; PSOL e NOVO.

No Senado Federal, as presidências das comissões são bienais, de modo que não teremos renovações. No tocante às lideranças partidárias, a senadora Eliziane Gama (Cidadania/MA) foi recentemente eleita líder da bancada feminina; e o senador Carlos Portinho assumiu a liderança do PL. Por outro lado, a liderança do Governo na Casa continua vaga.



RENOVAÇÃO NAS LIDERANÇAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Bohn Gass
(RS)



Reginaldo
Lopes (MG)



Wellington
Roberto (PB)



Altineu Côrtes
(RJ)



Cacá Leão
(BA)



Proressistas



André Fufuca
(MA)



Rodrigo de
Castro (MG)



Adolfo Viana
(BA)



Hugo Motta
(PB)



Vinícius
Carvalho (SP)



Wolney
Queiroz (PE)



André
Figueiredo (CE)



Vitor Hugo
(PSL/GO)*



Efraim Filho
(DEM/PB)*



Elmar Nascimento
(BA)*

* A fusão do PSL com o DEM ainda aguarda formalização no âmbito do Congresso Nacional. Além disso, importante mencionar que o então líder do PSL, Vitor Hugo, deverá se filiar ao PL.

** O deputado Antonio Brito (BA) foi reconduzido à liderança do PSD; e o líder do governo, Ricardo Barros (PP/PR), também deverá ser mantido no posto.



RENOVAÇÃO NAS LIDERANÇAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Danilo Cabral
(PE)



Bira do
Pindaré (MA)



Nivaldo
Albuquerque
(AL)



Marcelo
Moraes (RS)



Alúcio Mendes
(PSC/MA)



Euclides Pettersen
(PSC/MG)



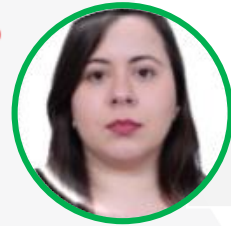
Weliton Prado
(MG)



Uldurico
Junior (BA)



Talíria Petrone
(RJ)



Sâmia Bomfim
(SP)



Paulo Ganime
(RJ)



Tiago Mitraud
(MG)



Alessandro
Molon (PSB/RJ)

Oposição



Wolney Queiroz
(PDT/PE)



Marcelo Freixo
(PSB/RJ)

Minoria



Alencar Santana
(PT/SP)

Observação: poderão ser reconduzidos às lideranças dos respectivos partidos os deputados Isnaldo Bulhões (MDB/AL), Lucas Vergílio (SD/GO), Alex Manente (Cidadania/SP), Renildo Calheiros (PCdoB/PE), Fred Costa (Patriota/MG) e Sebastião Oliveira (Avante/PE); além do atual líder do bloco da Maioria, Diego Andrade (PSD/MG).



INDICAÇÕES DE AUTORIDADES

Autoridades que aguardam
deliberação no âmbito do
Senado Federal

18

INDICAÇÃO DE AUTORIDADES NO SENADO FEDERAL

Apesar do esforço conjunto do Senado Federal em aprovar todas as indicações de autoridades a partir de sabinas que foram realizadas em novembro e em dezembro de 2021, não houve tempo hábil para que todas fossem deliberadas pelos senadores em Plenário.

Existem, hoje, seis indicações que estão pendentes da entrada na Ordem do Dia no Plenário. Com o avanço da variante Ômicron, contudo, a expectativa é de que o esforço concentrado deverá ocorrer apenas após o carnaval.

Além das indicações que estão prontas para deliberação em Plenário, existem outros cinco nomes aguardando para serem sabinados nas comissões e um que aguarda leitura no Plenário, para que seu nome também possa se juntar aos demais na espera da sabinina.

PLENÁRIO



- Alexandre Fionarelli
- Francisco Antônio Barreira de Araújo



- Luciano Godoi Martins



- Tabita Yaling Cheng Loureiro



- João Paulo Santos Schoucair



- Gustavo Freitas de Lima

CAE



- Alexandre Fionarelli
- Francisco Antônio Barreira de Araújo

CI



- Carlos Manuel Baigorri
- Arthur Coimbra de Oliveira

CAS



- André Luís Dantas Ferreira

MESA DIRETORA



- Fernando Wandscheer de Moura Alves



REFORMA MINISTERIAL

Possíveis mudanças que
ocorrerão na Esplanada dos
Ministérios em razão da
desincompatibilização para
disputa das eleições

20

REFORMA MINISTERIAL

Para ampliar o número de palanques estaduais para a candidatura à reeleição do Presidente Jair Bolsonaro (PL) diversos ministros do Governo, além do atual Vice-presidente da República, devem se candidatar a cargos nas eleições de outubro.



Hamilton Mourão | Vice-Presidente

- Senado | RS



Flávia Arruda | Secretaria de Governo

- Senado ou Governo | DF



Tereza Cristina | Agricultura

- Senado por MS ou Vice-Presidência



Tarcísio Freitas | Infraestrutura

- Governo | SP



Fábio Faria | Comunicações

- Senado ou Governo | RN



Damares Alves | M. F. e Direitos Humanos

- Senado | SP



Anderson Torres | Justiça e Segurança

- Senado ou Governo | DF



Marcos Pontes | Ciência, Tec. e Inovações

- Deputado Federal | SP



João Roma | Cidadania

- Governo | BA



Marcelo Queiroga | Saúde

- Senado | PB



Rogério Marinho | Desenvolvimento Regional

- Senado ou Governo | RN



Onyx Lorenzoni | Trabalho e Previdência

- Governo | RS



Gilson Machado | Turismo

- Governo | PE



www.queirozassessoria.com.br

QUEIROZ

Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais

Fale conosco:

Telefone: +55 61 3225.1804
E-mail: faleconosco@queirozassessoria.com.br
SBS Qd. 1 -Bloco K -Ed. Seguradoras, Salas 405 a 407
Brasília-DF - CEP: 70.093-900

Equipe:

Álvaro Larrabure
Ana Carolina Matos
Antônio Gabriel
Arícia Camargo
Bruna Duarte
Daniele Santos
Leandro Guedes
Leonel Cupertino
Lorena Foizer
Luiz Filipe Freitas
Thales Miroma

Direção Executiva:

Antônio Augusto de Queiroz
Enrico Ribeiro
Thiago Rego de Queiroz